

RESSIGNIFICAR A MATERNIDADE OU EDUCAR PARA A OPRESSÃO DAS MULHERES?

Mara Salgado¹

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados de projetos de pesquisa e extensão cujo objetivo central é refletir acerca da função social da maternidade, com foco nos aspectos psicossociais constituídos nos processos educacionais das mulheres. Entende-se que a maternidade circunscrita aos aspectos biológicos de reprodução humana não alcança as experiências no mundo social que se organizam em torno dos discursos e normas morais definidoras de caracteres de gênero. Esse processo de inculcação no imaginário coletivo sobre a maternidade como algo inerente à função biológica e social da mulher contou com o empenho, não sem violência, da educação formal, das expectativas parentais, do senso comum, da religião, da produção científica e filosófica. Discursos sustentados por relações de poder que estabeleçam o que cada mulher deveria fazer e produzir para a sociedade para ser considerada uma mulher de verdade. Os aspectos metodológicos para a pesquisa fundamentam-se na pesquisa qualitativa bibliográfica das teorias psicológicas fundamentadas na Psicanálise, em especial, Maria R. Kehl e Vera Iaconelli, e das teorias feministas de bell hooks, Angela Davis e Flávia Biroli, bem como a intervenção junto às mulheres gestantes e puérperas utiliza as técnicas de anamnese psicossocial, grupos focais e rodas de conversa. Os resultados indicam a necessidade de espaços educacionais voltados à ressignificação social da maternidade, considerando as questões de ordem psicossociais que resguardam tanto a vulnerabilidade das mulheres quanto as possibilidades para o estabelecimento de uma política do cuidado para toda a sociedade.

Palavras-chave: Maternidade, Opressão de gênero, Política do cuidado, Feminismo, Psicologia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados de projetos de pesquisa e extensão², desenvolvidos na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG Unidade Divinópolis, cujo objetivo central é refletir acerca da função social da maternidade, com foco nos aspectos psicossociais constituídos nos processos educacionais das mulheres.

Entende-se que interessa aos campos da Psicologia e da Educação refletir acerca dos

¹ Psicóloga pela UFSJ, mestra e doutora em Educação pela UFSC, com pós-doutorado em Educação na UNESP. Professora efetiva no Departamento de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG Unidade Divinópolis. E-mail: mara.salgado@uemg.br, <https://lattes.cnpq.br/040334203875295>.

² A pesquisa intitulada "Diálogos da Psicologia e o Feminismo para o estabelecimento da maternidade como espaço da política do cuidado", desenvolvida entre 2023-2024, teve financiamento de bolsa produtividade PQ/Edital 10/2022 UEMG/PROPPG. A pesquisa se articula com projetos de extensão, desenvolvidos na UEMG Unidade Divinópolis desde 2021, atualmente contemplado com bolsa para estudantes extensionista no edital PAEX 01/2025/UEMG.



limites e potencialidades dos processos de transmissão da cultura para atuar na transformação das condições de opressão social que recaem sobre as mulheres, em especial aquelas que se tornam mães, obstruindo tanto a participação da mulher na vida pública quanto o estabelecimento de uma política do cuidado, capaz de fortalecer a democracia. Tal investimento intelectual parece imprescindível para a ressignificação da função opressora da maternidade, capaz de abrir brechas na educação das pessoas para que o cuidado e a proteção amorosa constituam um espaço seguro nas relações humanas, a começar pela tentativa de interromper a violência contra a vida da mulher e, nisso, sua reverberação no espaço de convivência pública – ou seja, na política.

Em sua obra referência ainda hoje para as teorias feministas, *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir (1949/2019) coloca desde o princípio em questão o que é ser mulher, uma vez que a função de fêmea e, ligada a esta, o ideal de feminilidade enunciado socialmente não bastam para constituir uma definição de mulher. Há tempos a função de fêmea, cunhada socialmente, diz respeito a uma natureza a ser dominada em prol da reprodução da espécie e dos valores da própria dominação na sociedade dos homens. Essa forma de dominação específica sobre o corpo da mulher, considerado disposto naturalmente à maternidade, tem sido difundida, principalmente, desde a cultura burguesa como meio de manutenção da subjugação das mulheres ao domínio patriarcal (BEAUVOIR, 2019).

Entende-se que a maternidade circunscrita aos aspectos biológicos de reprodução humana não alcança as experiências no mundo social que se organizam em torno dos discursos e normas morais definidoras de caracteres de gênero. Biroli (2018), as diferenças físicas entre o que se convencionou chamar de feminino e masculino passaram a serem utilizadas para a construção e a justificativa das desigualdades sociais entre os gêneros. Nesse sentido, a produção cultural discursiva que compõe o ideal de feminilidade trata a maternidade como valor social a ser transmitido a cada geração como norma tradicional. Esse processo de inculcação no imaginário coletivo sobre a maternidade como algo inerente à função biológica e social da mulher contou com o empenho, não sem violência, da religião, da política, da educação formal, das expectativas parentais, do senso comum e da produção científica e filosófica. Discursos sustentados por relações de poder que estabeleciam o que cada mulher deveria fazer e produzir na sociedade para ser considerada uma mulher de verdade (BIROLI, 2018).

Com base em tais entendimentos, vale retomar que a pesquisa teve como objetivo central refletir acerca da função social da maternidade, com foco nos aspectos psicossociais



constituídos nos processos educacionais das mulheres. Bem como, os objetivos específicos: foram: compreender as contribuições das teorias feministas interseccionais para a (re)significação psicossocial da maternidade; fomentar, no marco das teorias interseccionais e psicológicas, reflexões acerca das questões subjetivas e objetivas constituintes da maternidade e contribuir para a produção do conhecimento dos campos da Psicologia e da Educação comprometidas com a crítica das opressões do humano.

METODOLOGIA

O percurso teórico-metodológico é o da pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica de literatura, em especial, este trabalho buscou estabelecer o diálogo entre as teorias feministas de Beauvoir, bell hooks e Angela Davis com aspectos psicossociais possíveis de serem percebidos nas teorias psicanalíticas de Maria Rita Kehl e Vera Iaconelli. Bem como interessa a discussão ética-política do cuidado da vida, com foco no trabalho da maternidade, conforme indicado nos estudos da cientista política Flávia Biroli.

Já no projeto de extensão, a metodologia ocorre a partir da intervenção junto às mulheres gestantes e puérperas com técnicas de anamnese psicossocial, grupos focais e rodas de conversa, no intuito de contribuir para que as mulheres se apropriem dos processos subjetivos e objetivos que compõem a maternidade como uma construção social e, portanto, produzem percepções e sensibilidades sobre seus corpos, suas relações afetivas e os limites e possibilidades para a ressignificações dos valores de opressão, naturalizados na educação dos gêneros.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nos livros *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (2017) e o *Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras* (2020), bell hooks apresenta um caminho que articula três perspectivas pedagógicas: Pedagogia crítica, Pedagogia Feminista e uma Pedagogia anticolonial. Com inspiração em tais obras, é possível compreender que a educação é por princípio um processo que resguarda uma reivindicação política e ética, por solicitar o investimento psíquico dos sujeitos – cognitivo e afetivo – para refletir acerca da realidade por meio do acesso ao conhecimento, considerando que a teoria e o professor tem



potencial de cura. A cura das opressões que atravessam os sistemas educacionais desde as relações mais íntimas familiares até os tecidos sociais diversos (HOOKS, 2017).

No sentido do pensamento de bel hooks (2017), somente é possível educar contra as condições de opressão social que recaem sobre as mulheres, em especial aquelas que se tornam mães, se houver intenção política e ética nos processos de transmissão dos valores culturais capaz de acessar e comunicar o potencial curativo que o conhecimento resguarda. Tal intenção se constitui, em última análise, de uma orientação voltada ao trabalho do amor, que é abertura para a liberdade e responsabilidade com o mundo. bel hooks (2017) defende uma educação que se oriente pela força de Eros que depende de conscientização das opressões impostas pelo capitalismo, pelo patriarcado, pelo racismo, por opressões que vão se cruzando em interseccionalidades diversas.

No livro O Feminismo é para todos (2020), bel hooks analisa a posição do feminismo reformador em relação à defesa do trabalho como libertação das mulheres ressaltando que é necessário diferenciar trabalho de liberdade e, mais ainda, acesso ao trabalho bem remunerado, restrito às mulheres com poder de classe, do trabalho mal remunerado, realizado pelas mulheres empobrecidas e que acabam se submetendo às relações patriarcais por falta de possibilidades econômicas para sua manutenção e de seus filhos.

Neste ponto, temos uma questão importante para o campo da educação que é como criar em nossas práticas cotidianas espaços para a resistência à lógica produtivista do trabalho e, ainda assim, incentivar que, principalmente, as meninas compreendam que terão maior condição para não se submeter às opressões do machismo, se tomarem consciência das opressões e trabalharem para alguma autonomia econômica?

Sob o jugo do patriarcado, a maternidade é considerada como justificativa para a obstrução tanto à participação da mulher na vida pública e, nisso, quanto ao estabelecimento de uma política do cuidado, que seria capaz de fortalecer a democracia.

Tais prescrições culturais se inscrevem na delineação da subjetividade feminina e foram empreendidas pela família nuclear burguesa, cujas duas funções principais eram “promover o casamento, não entre a mulher e o homem, mas entre a mulher e o lar. A segunda função da feminilidade, nos moldes modernos, foi a adequação entre a mulher e o homem a partir da produção de uma posição feminina que sustentasse a virilidade do homem burguês” (KEHL, 1998, p. 44).

Essas duas funções, certamente, justificaram a divisão sexual do trabalho e a restrição



da mulher ao espaço doméstico e às atividades de cuidados dos filhos, maridos, familiares e mesmo em atividades remuneradas como enfermagem, pedagogia, psicologia e aos serviços gerais ligados aos cuidados de limpeza, por exemplo. Nesse mesmo sentido, a participação da mulher na esfera pública – política – somente conquistou espaço após muitas lutas dos movimentos feministas e no interior das famílias patriarcais, representando um entrave, ainda atual, nos vínculos geradores de cuidados com a vida, que se explicita desde a infância e se intensifica toda vez que a mulher se torna mãe. Em outras palavras, a precariedade da entrada e permanência da mulher no mundo do trabalho e em atividades políticas, institucionais ou não, ainda são justificadas pelo fato de que são elas que precisarão renunciar às exigências da esfera pública para cuidar dos filhos (BIROLI, 2018).

Destaca-se, que no contexto da pandemia da COVID-19, no Brasil e no mundo explicitaram-se as desigualdades sociais e a dominação de categorias sociais historicamente excluídas das garantias de direito à vida. Em relação às desigualdades de gênero, registrou-se, ainda, o crescente aumento da violência contra as mulheres, em consequência do maior tempo de convivência com seus parceiros, bem como a ineficácia dos parques investimentos políticos e sociais para estabelecer estratégias de apoio às mulheres violentadas e de criminalização de seus agressores e feminicidas (BEVILACQUA, 2020). Assim como, a situação de quarentena adotada para a contenção da pandemia não deixou dúvidas acerca da “desigual economia do cuidado, em que a responsabilidade e sobrecarga do trabalho doméstico e dos cuidados com doentes, crianças e idosos são das mulheres” (MARQUES et al, 2020).

Segundo Brasil e Costa (2018), a maternidade suscita posicionamentos teóricos contraditórios e conflituosos nos estudos feministas, contudo, a noção de uma condição maternal inerente à natureza feminina ocupa centralidade das problematizações acerca das formas de opressões e de resistências das mulheres em relação à maternidade. Tal noção sobre uma condição natural da mulher para o cuidado dos filhos, muito bem acolhida pela família patriarcal, traz consequências tanto no âmbito das particularidades dos sujeitos, no que diz respeito aos vínculos entre mãe e filho e, nisso, ao desenvolvimento das potencialidades humanas, quanto no âmbito da constituição dos valores políticos das sociedades.

No que diz respeito às especificidades do desenvolvimento biológico e psicossocial da mulher grávida – que marcam uma importante crise de subjetividade –, significa compreender que as formas de sentir, pensar e agir em relação a seu corpo e ao cuidado de seu filho entrelaçam-se às construções sociais sobre a maternidade, trazendo consequências tanto para a



nova identidade maternal quanto para o desenvolvimento das funções cognitivas/afetivas da criança.

É possível encontrar na contraposição das diferentes teorias psicogenéticas, em especial de Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon, a ideia de que as fases do desenvolvimento cognitivo e afetivo – processos inseparáveis – ocorrem por meio de crises, que ao mesmo tempo que desequilibram a dinâmica das funções mentais, em construção desde o nascimento do humano, impulsionam processos de aprendizagens e interações sociais que possibilitam avanços qualitativos e quantitativos no desenvolvimento das funções superiores da consciência, por exemplo, a atenção voluntária, a representação, a memória, a abstração. De tais funções superiores da consciência é que provêm, em grande medida, as capacidades de abertura ou de restrição para o amor, a autonomia, a moral. Desse modo, a ideia de crise envolve a potencialidade humana de ressignificar perdas de situações psicológicas estabelecidas em prol de melhores condições para as pessoas conhecerem a si próprios, agirem e perceberem o mundo e as relações que estabelecem.

Segundo a perspectiva da Psicologia da gravidez, defendida por Maldonado (2017), no desenvolvimento biológico e psicossocial da mulher três períodos de transição provocam crises com pontos nevrálgicos em comum: a adolescência, a gravidez e o climatério. Em suas palavras:

São três períodos de transição biologicamente determinados, caracterizados por mudanças metabólicas complexas, estado temporário de equilíbrio instável devido às grandes perspectivas de mudanças envolvidas nos aspectos de papel social, necessidade de novas adaptações, reajustamentos interpessoais e intrapsíquicos, e mudança de alguns aspectos da identidade. (MOLDONADO, 2017, p. 27).

Não por acaso, em sociedades patriarcais, essas transições de ordem biológica da mulher são cerceadas por significações culturais de maior repressão moral e padronizações estéticas e de comportamentos que intensificam os sofrimentos psicossociais de insegurança e desamparo diante de cada crise deflagrada. Nessas condições sociais de opressão da mulher, as crises que poderiam impulsionar operações psicológicas para a criação de soluções saudáveis mobilizam soluções doentias, uma vez que sob forte ameaça de sobrevivência – física e ou social – os recursos psicológicos sofrem a orientação do sofrimento mais do que da sanidade mental. Especialmente na gravidez, a mulher é mediada por significações sociais que carregam contradições complexas entre os elementos de esperança, abrigo e cuidado que a maternidade pode proporcionar e, na ambiguidade, de medo, agressividade e frieza aprendidos nas redes interpessoais em que ela própria fora educada (MALDONADO, 2017).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS



Com base na análise dos resultados, pode-se dizer que tornar-se mãe é um processo crítico, com ambivalências afetivas afloradas pelo confronto das exigências sociais específicas às mulheres e dos desejos particulares, inclusive, os de se livrar de tais opressões. Indubitavelmente, mitos como o do amor natural, mãe ideal e o da maternidade inata, em nada ajudam no enfrentamento das ambivalências emocionais que atravessam o processo de se tornar uma mãe capaz de dispensar atenção necessária aos filhos. Ao contrário, esses mitos fortemente arraigados na cultura renegam os elementos conflitantes que nos constituem e enfraquecem a posição ativa da mulher na construção dos vínculos com seus filhos (BRASIL; COSTA, 2018).

Vale a ressalva, que reconhecer, refletir e elaborar tal confronto exigiria condições objetivas da realidade bem diferentes das que dispomos culturalmente para garantir a sobrevivência econômica, psicológica e afetiva. Em condições de trabalho alienado, desigualdades sociais, patriarcado e o cotidiano feminicídio, ter consciência do quão conflituosa pode ser a vida de uma mãe e sua relação com seus filhos é enfrentar fragilidades que a cultura rechaça ou se apodera para justificar a manutenção do controle sobre as mulheres. Diante disso, quanto mais espaços forem abertos para o diálogo, a escuta e o abrigo das fragilidades humanas, maiores serão as possibilidades de fortalecimento psíquico e, nisso, de uma educação voltada à resistência à reprodução das violências sofridas em privilégio de vínculos entre mães, pais e filhos com apegos saudáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a Psicologia, a tarefa de cuidar do outro resguarda tensões entre os afetos que surgem na convivência e no acolhimento das fragilidade dos outros e, na ambiguidade, arrastam os valores de relações de poder sobre as mulheres que cuidam e, muitas vezes, delas sobre suas crianças e sobre outras mães. Inclusive, a dominação de mães brancas privilegiadas sobre as trabalhadoras pretas. É nesse sentido que a maternidade se configura como fenômeno social que, historicamente, transita entre os domínios das esferas particular e pública, sofrendo alterações, ora segundo os interesses sociais e econômicos que organizam as formas de produções das condições da realidade, ora pelas lutas coletivas e resistências empreendidas por movimentos feministas no campo político e educacional, que no decorrer do desenvolvimento interno de suas teorias vem abarcando a problemática das opressões das mulheres numa



perspectiva interseccional.

Sobre os discursos culturais da ideologia conservadora que exercem forças para continuar forjando as identidades de homens e mulheres, as psicanalistas brasileiras, Maria Rita Kehl (1998) e Vera Iaconelli (2023), consideram que, ainda hoje, aos homens é facilitada a entrada e as conquistas do espaço público e a eles são atribuídas características referentes às decisões com base no domínio violento e na impulsividade agressiva que ordena o mundo do trabalho. Bem como, as mulheres vivenciam a sobrecarga do trabalho público em condições de desigualdades salariais e relações interpessoais opressoras e, na ambiguidade, a imposição anacrônica da ocupação do espaço doméstico, com maior responsabilidade sobre o trabalho reprodutivo da maternidade e no compromisso primordial com a casa.

Desse modo, é nos termos desta construção discursiva fundamental ao patriarcado, que se justifica a opressão das mulheres por meio da autorização de comportamentos violentos dos homens. Nesse sentido, a participação da mulher na esfera pública – política – somente conquistou espaço após muitas lutas dos movimentos feministas e no interior das famílias patriarcais, representando um entrave, ainda atual e perceptível na intervenção com as mães, nos vínculos geradores de cuidados com a vida, que se explicita desde a infância e se intensifica toda vez que a mulher se torna mãe. Em outras palavras, a precariedade da entrada e permanência da mulher no mundo do trabalho e em atividades políticas, institucionais ou não, ainda são justificadas pelo fato de que são elas que precisarão renunciar às exigências da esfera pública para cuidar dos filhos, como ressalta Flávia Biroli.

Nestes termos, tanto as condições subjetivas e objetivas para os vínculos amorosos possíveis com a maternidade, quanto a própria noção política e ética sobre o cuidado com a vida ficam comprometidas. Por um lado, resta à mulher ressentida com a opressão sofrida pela sociedade e por seus parceiros, a reprodução da dominação e abuso emocional contra as crianças e contra si mesma, como consideram bell hooks (2017) e Angela Davis (2016).

Mais especificamente sobre os resultados das intervenções do projeto de extensão, foram utilizadas as técnicas de anamnese psicossocial para identificação das demandas individuais das mulheres e, posteriormente, a técnica dos grupos focais, nas quais foram formados grupos de mulheres para rodas de conversas presenciais, com mulheres atendidas no serviço do Ambulatório da Saúde da Mulher do município de Divinópolis, na Unidade da UEMG.

A partir dos acolhimentos individuais e das rodas de conversas com os grupos focais, é



possível mencionar que questões como: mudanças no corpo, medos diante do parto e da amamentação; reconstrução da identidade feminina, solidão materna, vínculos parentais, o bebê ideal e o bebê real; sexualidade, mundo do trabalho e outros, encontram-se entrelaçadas ao corpo biológico da mulher grávida e ou no puerpério, tanto porque elas foram educadas para naturalizar tais questões quanto porque há poucos espaços de compartilhamento das experiências capazes de possibilitar a reflexão crítica sobre a realidade opressiva em que se encontram. Essas questões são de ordem psicossociais, emergem em momentos de fragilidade das mulheres e necessitam ser acolhidas e refletidas com a finalidade de fomentar a ressignificação da própria história parental e, assim, estabelecer condições para a criação particular e social de novas formas de maternagens mais conscientes e que contribuam para processos de bem-estar e de busca por autonomia das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que nesse contexto de opressões a esfera da intimidade que a maternidade oferece, que poderia se constituir como lugar de abrigo para as fragilidades da vida que requerem disponibilidade para cuidados, encontra-se cooptada por forças conservadoras e anacrônicas de dominação patriarcal sobre as mulheres e, nisso, sobre as relações afetivas que poderiam fundamentar uma política de cuidado efetivamente democrática e não-violenta.

A partir da análise dos estudos realizados com a pesquisa e da articulação com os dados percebidos nos debates, planejamentos e intervenções do projeto de extensão, vale destacar que a compreensão dos aspectos psicossociais que perpassam a gravidez, o puerpério, a identidade maternal e, nisso, do desenvolvimento das crianças, contribui para estabelecer espaços dialógicos e de reflexão voltados à criação de redes de apoios mútuos, facilitadoras do fortalecimento das mulheres que estão construindo suas maternidades e ressignificando os espaços e papéis sociais e políticos para a participação da mulher mãe nas transformações dos valores transmitidos nos processos de educação dos/as partícipes nas novas gerações.

Desse modo, é imprescindível às áreas do conhecimento que se ocupam das transmissão de valores culturais, desde nossa infância, como a Educação e Psicologia, refletir criticamente, ressignificar e transgredir as formas de opressão que constituem a idealização da maternidade como principal função social feminina e, nisso, reproduzem opressões de gênero, para, então, abriremos brechas para o estabelecimento de uma política do cuidado, que, segundo Flávia Biroli



(2018), pode ser uma alternativa ética ao neoliberalismo, que posiciona todos contra todos e mantém a dominação e opressão arraigadas nos processos de educação dos/as sujeitos/as.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução Sérgio Milliet. 5ªed. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2019, 339p.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tar. Bhuvli Libaneo. 13ª ed. Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2ªed. Editora WMF Martins Fontes: São Paulo, 2017.

BEVILACQUA, P. D. Mulheres, violência e pandemia de coronavírus. **Jornal Pensar a Educação em pauta**, 2020. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/mulheres-violencia-e-pandemia-de-coronavirus/>. Acesso em 16/10/2020.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade: limites da democracia no Brasil**. Boi Tempo: São Paulo, 2018.

BRASIL, M. V., COSTA, A. B. Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis? **Psic. Clin.** Rio de Janeiro, 2018, v. 30, n. 3, pp. 427-246. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v30n3/03.pdf>. Acesso em 24/10/2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. Boi tempo: São Paulo, 2016.

IACONELLI, Vera. **Manifesto Antimaternalista: Psicanálise e políticas de reprodução**. Zahar: Rio de Janeiro, 2023.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

MALDONADO, M. T. **Psicologia da gravidez: Gestando pessoas par uma sociedade melhor**. Ideias & Letras: São Paulo, 2017, 244p.

MARQUES, Emanuele. Sousa. et al. Violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cad. Saúde Pública**, 2020, v. 36, pp. 1-6. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2020.v36n4/e00074420/pt>. Acesso em 16/10/2020.

